

BRASILIANAS

POR
WILLIAM FRANÇA



Presidente do MDB do DF, distrital Wellington Luiz

Crise no MDB-DF leva o comando nacional a intervir

A crise no MDB do Distrito Federal, que se arrasta desde o rompimento político entre a governadora Celina Leão (PP) e o ex-governador Ibaneis Rocha (MDB), atingiu seu ponto mais alto na noite neste domingo (07), quando o presidente nacional da sigla, Baleia Rossi, suspendeu todas as decisões do diretório regional e determinou que a Executiva Nacional assumira a deliberação sobre coligações e candidaturas no DF.

O movimento é resposta ao requerimento apresentado durante o feriadão de Corpus Christi pelo deputado federal Rafael Prudente (MDB-DF) e subscrito pelos distritais Hermeto, Iolando e Jaqueline Silva, que pediram intervenção após declarações do presidente regional, Wellington Luiz (MDB), em apoio a Celina.

A suspensão das decisões locais vale até 11 de junho, data da reunião convocada por Baleia para analisar o caso. Ele também criou uma comissão com cinco integrantes, relatada pelo líder Isnaldo Bulhões (MDB-AL), para elaborar diagnóstico sobre o cenário político no DF.

A intervenção nacional consolida a ruptura entre os grupos e redefine o papel do MDB-DF nas articulações para o próximo ciclo eleitoral. A decisão pode impactar nas negociações do futuro do BRB.



Cachaça marca 200 anos de relações entre os dois países

Spirit of Brazil reúne Brasil e Escócia

Brasília recebe nesta terça-feira 09 de junho, às 19h, no Clube das Nações, o Coquetel de Apresentação da cachaça 'Spirit of Brazil', produzida pela Casa Studart e integrada às ações comemorativas dos 200 anos das Relações Brasil-Reino Unido. O evento marca a etapa brasileira do projeto que reúne a Casa Studart, a 8 Doors Distillery, da Escócia, e a Lamas Destilaria, de Minas Gerais, responsável por um whisky single malt nacional maturado em carvalho e finalizado em pau-brasil. A iniciativa terá lançamento internacional durante a Copa do Mundo nos Estados Unidos, com apresentação oficial em 23 de junho, em Miami, véspera de Brasil x Escócia, e programação paralela ao longo do torneio. Os destilados comemorativos ficarão expostos ao lado da bola de 1540 enviada pelo Museu do Futebol escocês ao Coral Gables Museum. O projeto inclui ainda o tartan 'Spirit of Brazil', registrado na Escócia com as cores da bandeira brasileira e autorizado para uso nos rótulos e embalagens das bebidas participantes.

Tensão interna no MDB afeta GDF

A escalada da crise no MDB-DF repercute diretamente na Câmara Legislativa, onde o presidente da Casa, Wellington Luiz (MDB), já enfrentava desgaste crescente desde que passou a ser associado ao grupo da governadora Celina Leão (PP). A perda de sustentação interna ocorre em meio à necessidade de votos para autorizar a operação de crédito destinada ao Banco de Brasília, ponto sensível das negociações entre governo e base. O distanciamento entre Celina e Ibaneis Rocha (MDB), anunciado em maio, desencadeou reposicionamentos de deputados, secretários e lideranças regionais, que passaram a reavaliar alianças e ocupações em administrações regionais, secretarias e empresas públicas. A situação se agravou com a determinação do Ministério Público do DF para exoneração de comissionados em administrações regionais, ampliando a pressão sobre o governo. Nos bastidores, aliados avaliam que a disputa interna no MDB pode alterar o ritmo das votações estratégicas e influenciar a composição das chapas para 2026.

Acordo do BRB impõe ajuste fiscal

O documento da Ação Cível Originária 3755, obtido por "Brasilianas", revela que o acordo firmado no Supremo Tribunal Federal para viabilizar o aporte de capital no Banco de Brasília impõe ao Distrito Federal um conjunto de exigências fiscais e institucionais que dependem de estabilidade política para serem executadas, em um momento em que a crise no MDB-DF e o isolamento do presidente da Câmara Legislativa, deputado distrital Wellington Luiz, criam incertezas sobre a capacidade do governo de assegurar apoio às medidas previstas.

O termo, assinado pela governadora Celina Leão, autoriza a contratação de operação de crédito junto ao Fundo Garantidor de Créditos, sem aval da União, mediante contraguarantia das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. Em troca, o DF terá de seguir um conjunto de restrições previstas na Constituição que limitam novas despesas, contratações e aumentos de gastos enquanto durar a operação.



Votação da proposta foi adiada na Câmara Legislativa

Projeto que 'socorre' BRB é alvo de críticas

Plano para destravar empréstimo de R\$ 6,6 bilhões enfrenta impasse

Por Isabel Dourado

A proposta do Governo do Distrito Federal para destravar um empréstimo de R\$6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) enfrenta resistência na Câmara Legislativa do DF (CLDF). Encaminhado na última terça-feira (2) pela governadora Celina Leão (PP), o Projeto de Lei nº 2361/2026 teve a votação adiada após deputados cobrarem mais transparência sobre a dimensão do prejuízo do Banco de Brasília (BRB).

Parlamentares classificaram o projeto como um "cheque em branco". Segundo o GDF, o PL busca ratificar o acordo que foi fechado no final de maio entre a União e o GDF, no Supremo Tribunal Federal (STF).

"A autorização legislativa pretendida confere maior segurança jurídica à implementação das obrigações decorrentes do acordo, assegurando plena transparência institucional e observância do princípio da legalidade na condução da operação", diz trecho da proposta encaminhada à CLDF.

O acordo deverá ocorrer mediante empréstimo junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), com garantia de fiança oferecida por sindicato de bancos e contraguarantia oferecida pelas verbas do Distrito Federal do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sem que haja aval da União. Em entrevista ao Correio da

Manhã, o ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do DF Valdir Oliveira, ressalta que pelo PL apresentado "quem está contraindo essa dívida é o GDF e não o BRB."

"Essa autorização legal não especifica as condições. O projeto não detalha em quais condições isso ocorreria, nem estabelece prazos. O que se sabe é que há uma negociação em andamento com o FGC para esse aporte. Essa negociação é de R\$ 6,6 bilhões e em um prazo de 15 anos, mas os detalhes dessa operação não foram apresentados", critica Oliveira.

Segundo Oliveira, embora o projeto de lei possa evitar a quebra do Banco de Brasília, a proposta pode colocar as contas públicas do DF em uma situação crítica.

De acordo com Oliveira, caso seja aprovado o empréstimo de R\$ 6,6 bilhões com prazo de 15 anos, o custo mensal da operação pode chegar a cerca de R\$ 50 milhões. Ele explica, no entanto, que o cálculo é apenas uma estimativa baseada em condições de mercado.

"É um cheque em branco. R\$ 50 milhões por mês vai dar R\$ 600 milhões/ano. O GDF espera que o BRB pague isso com o seu resultado. Levando-se em conta o histórico de dividendos pagos pelo BRB ou mesmo o histórico de lucro anual gerado, não parece factível que o BRB consiga arcar com isso. Será o próprio GDF que irá arcar com esse custo. E por 15 anos, um período que abrange quase 4 gestões do próximo governo."